

Boletim do Trabalho e Emprego

2

1.^a SÉRIE

Edição: Serviço de Informação Científica e Técnica (SICT) — Ministério do Emprego e da Segurança Social

Preço 20\$00

BOL. TRAB. EMP.	1. ^a SÉRIE	LISBOA	VOL. 58	N.º 2	P. 33-40	15 - JANEIRO - 1991
-----------------	-----------------------	--------	---------	-------	----------	---------------------

ÍNDICE

Regulamentação do trabalho:

Despachos/portarias:

- | | |
|---|------------|
| — CCT entre a ANITAF — Assoc. Nacional das Ind. Têxteis, Algodoeiras e Fibras e outras e o SINDETEx — Sind. Democrático dos Têxteis e outros — Autorização da redução da duração do trabalho semanal... | Pág.
35 |
|---|------------|

Portarias de extensão:

- | | |
|--|----|
| — Aviso para PE das alterações ao CCT entre a ADIPA — Assoc. de Distribuidores de Produtos Alimentares e outras e a FEPCEs — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outros..... | 35 |
|--|----|

Convenções colectivas de trabalho:

- | | |
|---|----|
| — CCT entre a AIBA — Assoc. dos Industriais de Bolachas e Afins e outra e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química (pessoal fabril-Sul) — Alteração salarial e outra | 36 |
| — CCT entre a ANIVEC — Assoc. Nacional das Ind. de Vestuário e Confecção e a FEPCEs — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços — Alteração salarial e outras | 36 |
| — CCT para a indústria e comércio farmacêuticos — Deliberação da comissão paritária | 39 |



SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
ACT — Acordo colectivo de trabalho.
PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
PE — Portaria de extensão.
CT — Comissão técnica.
DA — Decisão arbitral.
AE — Acordo de empresa.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
Assoc. — Associação.
Sind. — Sindicato.
Ind. — Indústria.
Dist. — Distrito.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

DESPACHOS/PORTARIAS

CCT entre a ANITAF — Assoc. Nacional das Ind. Têxteis, Algodoeiras e Fibras e outras e o SINDETEX — Sind. Democrático dos Têxteis e outros — Autorização da redução da duração do trabalho semanal.

Despacho

Por acordo estabelecido entre a ANITAF — Associação Nacional das Indústrias Têxteis, Algodoeiras e Fibras e outras e o SINDETEX — Sindicato Democrático dos Têxteis e outros, foi fixado o período semanal do trabalho em 44 horas, o que representa uma alteração relativamente ao horário que tem vigorado neste sector têxtil, conforme a cláusula 14.^a do contrato colectivo de trabalho, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 37, de 8 de Outubro de 1981, p. 2701, e respectivas alterações.

Atendendo que o referido limite de horário semanal foi acordado entre as partes celebrantes da referida convenção colectiva e sendo o mesmo compatível com o regular desenvolvimento económico do sector de actividade em que se insere, autorizo, ao abrigo do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 505/74, de 1 de Outubro, a redução dos limites da duração do trabalho semanal prevista na cláusula referida, de 45 horas para 44 horas.

Ministério do Emprego e da Segurança Social, 19 de Dezembro de 1990. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, *Jorge Hernâni de Almeida Seabra*.

PORTARIAS DE EXTENSÃO

Aviso para PE das alterações ao CCT entre a ADIPA — Assoc. de Distribuidores de Produtos Alimentares e outras e a FEPCES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outros.

Nos termos do n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a emissão de uma portaria de extensão do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a ADIPA — Associação de Distribuidores de Produtos Alimentares e outras e a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 46, de 15 de Dezembro de 1990, por forma a tornar a regulamentação dele constante aplicável:

- 1) Às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que no território do continente prossigam a actividade de armazémista/importador ou exportador de fruta ou produtos hortícolas, armazenista ou exportador de azeite, e ainda às que, em exclusivo, se dediquem à distribuição por grosso de produtos alimentares e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nele previstas, bem como às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais já abrangidas

pela convenção e trabalhadores ao seu serviço, das mesmas profissões e categorias, não representados pelas associações sindicais outorgantes;

- 2) Às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais não filiadas na ADIPA — Associação de Distribuidores de Produtos Alimentares, que no território do continente prossigam a actividade de distribuição de águas, refrigerantes e cervejas e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas, bem como às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais já abrangidas pela convenção e trabalhadores ao seu serviço, das mesmas profissões e categorias, não representados pelas associações sindicais outorgantes.

Serão excluídas da extensão referida no n.º 2) as relações de trabalho abrangidas por instrumento de regulamentação colectiva, convencional ou administrativa, que contemple a referida actividade.

Nos termos do n.º 5 do citado artigo 29.º, os interessados neste processo de extensão podem deduzir oposição fundamentada ao presente aviso nos 15 dias subsequentes ao da sua publicação.

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CCT entre a AIBA — Assoc. dos Industriais de Bolachas e Afins e outra e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química (pessoal fabril-Sul) — Alteração salarial e outra.

Cláusula 1.^a

Área e âmbito

O presente CCT obriga, por um lado, todas as empresas filiadas na Associação dos Industriais de Bolachas e Afins e na Associação dos Industriais de Chocolates e Afins e, por outro, todos os trabalhadores ao seu serviço representados pelas associações sindicais outorgantes nos distritos de Leiria, Lisboa, Santarém, Castelo Branco, Portalegre, Setúbal, Beja, Évora e Faro.

Cláusula 2.^a

Vigência

4 — A presente alteração é vigente desde o dia 1 de Janeiro de 1991.

Cláusula 20.^a

Horário de trabalho

1 — O período normal de trabalho é de 44 horas semanais, distribuídas por cinco dias, não podendo o seu início ser antes das 7 horas, sem prejuízo de horário de trabalho mais favorável ao trabalhador.

2 —

3 —

4 —

5 —

ANEXO II

Tabelas salariais

Categorias	Tabela I	Tabela II
A) Serviços de fabrico:		
Mestre ou técnico de bolachas	76 400\$00	73 650\$00
Encarregado	73 650\$00	71 150\$00
Ajudante de mestre ou técnico	71 150\$00	68 550\$00
Ajudante de encarregado	68 050\$00	65 800\$00
Oficial de 1. ^a	62 600\$00	60 550\$00
Oficial de 2. ^a	59 600\$00	57 350\$00
Auxiliar	50 150\$00	48 300\$00
B) Serviços complementares:		
Encarregado	54 450\$00	52 550\$00
Ajudante de encarregado	52 300\$00	50 450\$00
Operário de 1. ^a	48 450\$00	46 600\$00
Operário de 2. ^a	45 350\$00	43 600\$00

Pela AIBA — Associação dos Industriais de Bolachas e Afins:

(Assinatura ilegível.)

Pela ACHOC — Associação dos Industriais de Chocolates e Afins:

(Assinatura ilegível.)

Pela FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química em representação do SINDEQ — Sindicato Democrático da Energia, Química e Indústrias Diversas:

José Luís Carapinha Rei.

Entrado em 31 de Dezembro de 1990.

Depositado em 4 de Janeiro de 1991, a fl. 31 do livro n.º 6, com o n.º 8/91, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a ANIVEC — Assoc. Nacional das Ind. de Vestuário e Confecção e a FEPES — Feder. Portuguesa dos Sınd. do Comércio, Escritórios e Serviços — Alteração salarial e outras

Cláusula 1.^a

Área e âmbito

1 — O presente contrato colectivo de trabalho obriga, por um lado, todas as empresas representadas pela ANIVEC — Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confecção e, por outro lado, os trabalha-

dores ao seu serviço das categorias nele previstas e constantes do anexo I, desde que representados pela FEPES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços.

2 — O presente contrato colectivo de trabalho aplica-se também aos trabalhadores ao serviço da associação patronal referida no número anterior.

Cláusula 2.^a

Vigência e denúncia

1 — O presente contrato colectivo de trabalho entra em vigor cinco dias após a sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

2 — A tabela salarial e demais cláusulas com expressão pecuniária produzem efeitos desde 1 de Julho de 1990.

3 — A denúncia consiste na apresentação por uma das partes à outra, de uma proposta de revisão, observados os prazos mínimos legais.

Cláusula 19.^a

Direitos dos trabalhadores nas grandes deslocações

1 — As grandes deslocações dão aos trabalhadores direito a:

- a)
- b) Uma remuneração correspondente à verba de 600\$ por dia;
- c)
- d)
- e)
- f)

2 —

3 —

4 —

Cláusula 20.^a

Seguros nas grandes deslocações

1 — O pessoal deslocado em serviço será seguro pela empresa contra risco de viagem, acidentes pessoais e de trabalho no valor de 5000 contos.

2 —

Cláusula 34.^a

Tipos de faltas

1 — As faltas podem ser justificadas ou injustificadas.

2 — São justificadas as faltas dadas pelos motivos previstos na lei.

3 — Para efeitos do número anterior, a seguir se transcrevem do regime actual vigente os aspectos mais salientes do Decreto-Lei n.º 874/76, de 28 de Dezembro, bem como a Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, sendo que estas transcrições se considerem automaticamente substituídas por quaisquer eventuais futuras alterações daqueles normativos:

- a) As dadas por altura do casamento, até 11 dias seguidos, excluindo os dias de descanso intercorrentes;

b) As motivadas por falecimento do cônjuge, parentes ou afins nos termos dos números seguintes:

- 1) Até cinco dias consecutivos, por falecimento do cônjuge não separado de pessoas ou bens ou de parente ou afim no 1.º grau da linha recta;
- 2) Até dois dias consecutivos, por falecimento de outro parente ou afim da linha recta ou 2.º grau da linha colateral;
- 3) Até dois dias consecutivos, por falecimento de pessoas que vivam em comunhão de vida-habitação com os trabalhadores;

c) As motivadas pela prática de actos necessários ao exercício de funções sindicais ou instituições de previdência e na qualidade de delegado sindical ou membro da comissão de trabalhadores;

d) As motivadas pela prestação de provas a estabelecimentos de ensino;

e) As motivadas pela impossibilidade de prestar trabalho devido a facto que não seja imputável ao trabalhador, nomeadamente doença, acidente ou cumprimento de obrigações legais ou a necessidade de prestação de assistência inadiável e imprescindível a familiares;

f) As prévia ou posteriormente autorizadas pela entidade patronal.

4 — São consideradas injustificadas todas as faltas não previstas nos números anteriores.

5 — As faltas devem ser justificadas em impressos próprios, cujo duplicado será devolvido ao trabalhador, acompanhado da decisão da entidade patronal, ficando o trabalhador com o recibo dessa entrega.

6 — A entidade patronal pode exigir prova da veracidade dos factos alegados no n.º 5 desta cláusula.

Cláusula 35.^a

Consequências das faltas

1 — As faltas justificadas não determinam a perda ou prejuízo de quaisquer direitos ou regalias do trabalhador.

2 — Determinam perda de retribuição as seguintes faltas, ainda que justificadas:

- a) Dadas nos casos previstos na alínea c) do n.º 3 da cláusula 34.^a, salvo disposição legal em contrário ou tratando-se de faltas dadas por membros de comissão de trabalhadores;
- b) Dadas por motivo de doença, desde que o trabalhador tenha direito a subsídio de previdência respectivo;
- c) Dadas por motivo de acidente de trabalho, desde que o trabalhador tenha direito a qualquer subsídio ou seguro;
- d) As dadas por assistência inadiável a familiares, nos termos da Lei n.º 4/84 e respectivos decretos regulamentares.

3 — Não determinam perda de retribuição as faltas dadas pelo trabalhador no caso de ter de comparecer, por doença, bem como acompanhar os filhos com idade inferior a 14 anos a consultas médicas ou outras semelhantes, nomeadamente serviço da radiologia ou análise, bem como para marcação delas ou diligências afins, devidamente comprovadas, desde que o não possa fazer fora do horário normal de trabalho e nunca podendo exceder meio dia duas vezes por mês.

a) Para efeitos do disposto neste número, os trabalhadores que necessitem podem acumular os dois meios dias num único dia.

b) Nas circunstâncias referidas neste número e em caso de necessidade, pode verificar-se a utilização, por antecipação ao mês seguinte, do crédito referido, resultando, assim, a possibilidade de concentrar num mês, e com prejuízo do mês seguinte, a totalidade daquele crédito, ou seja, quatro meios dias.

Cláusula 36.^a

Subsídio de refeição

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente contrato terão direito a um subsídio de refeição no valor de 120\$ por cada dia completo de trabalho efectivamente prestado a que o trabalhador esteja obrigado.

O presente valor de subsídio de refeição é alterado automaticamente nos precisos termos que vierem a ser definidos, no mesmo ano civil, para qualquer das convenções colectivas de trabalho que vigoram no sector, outorgadas pela ANIVEC.

2 — O valor do subsídio referido no n.º 1 não será considerado para efeitos de férias, subsídios de férias e de Natal.

3 — Aos trabalhadores abrangidos pelas situações previstas nas cláusulas 16.^a e 19.^a deste contrato não há lugar à atribuição de subsídio de refeição.

4 — A criação deste subsídio não prejudica outro ou outros que a empresa queira praticar.

§ único. A referência ao dia completo de trabalho a que o trabalhador esteja obrigado, no caso das faculdades previstas na cláusula 54.^a deste contrato (trabalhadores-estudantes) e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 12.º da Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, e no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 136/85, de 3 de Maio (dispensas para amamentação) e, naturalmente, entendida como restrita ao número de horas que o trabalhador esteja obrigado a prestar efectivamente enquanto e nos dias em que beneficiar dessa faculdade.

Cláusula 64.^a

Regulamentação em vigor

As matérias que não forem objecto de alterações neste contrato, mantêm-se em vigor, com as redacções constantes do contrato colectivo de trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 47/87, e as alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.ºs 46/88 e 46/89.

ANEXO III

Tabela salarial

Grupos	Categorias profissionais	Remunerações
A	Director de serviços Chefe de escritório Secretário-geral.....	88 400\$00
B	Chefe de departamento Chefe de serviços Contabilista..... Técnico de contas Analista de sistemas	83 100\$00
C	Chefe de secção..... Programador de informática Tesoureiro Guarda-livros	76 800\$00
D	Secretário(a) de direcção Correspondente em línguas estrangeiras.... Programador mecanográfico.....	71 500\$00
E	Primeiro-escriturário Operador de computador de 1. ^a Caixa Operador mecanográfico Estenodactilógrafo em línguas estrangeiras...	68 500\$00
F	Segundo-escriturário Operador de computador de 2. ^a Operador de máquinas de contabilidade ... Perfurador-verificador Operador de registo de dados de 1. ^a Cobrador	60 200\$00
G	Estagiário (operador de computador)..... Terceiro-escriturário Operador de registo de dados de 2. ^a Dactilógrafo Recepcionista Telefonista	54 300\$00
H	Estagiário (operador de registo de dados)... Estagiário (escriturário do 3.º ano) Contínuo (maior)	45 500\$00
I	Estagiário (escriturário do 2.º ano) Estagiário de dactilógrafo	40 900\$00
J	Estagiário (escriturário do 1.º ano)	37 700\$00
L	Contínuo (menor) Servente de limpeza	36 200\$00
M	Paquete de 16/17 anos	27 000\$00
N	Paquete de 14/15 anos	22 000\$00

Porto, 6 de Dezembro de 1990.

Pela FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritório e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pela ANIVEC — Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeccção:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito da Horta;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Vendas de Ponta Delgada.
Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.

Pelo Conselho Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Entrado em 27 de Dezembro de 1990.

Depositado em 2 de Janeiro de 1991, a fl. 31 do livro n.º 6, com o n.º 6/91, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT para a indústria e comércio farmacêuticos — Deliberação da comissão paritária

Aos 26 dias do mês de Novembro de 1990, reuniu a comissão paritária prevista na cláusula 29.ª do CCTV para a Indústria e Comércio Farmacêuticos, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 19, de 22 de Maio de 1978.

Em representação do STICF estiveram presentes os Srs. Hélder Pereira Galvão e D. Maria Manuela Correia Dias Fernandes.

Em representação das associações patronais estiveram presentes a Sr.ª D. Maria Teresa Albuquerque Figueiredo Gomes e o Sr. Nuno Branco de Macedo.

Foi deliberado, na sequência dos estudos efectuados por uma comissão mista (sindical e patronal), fixar os

custos directos das viaturas, por quilómetro, em 32\$70, com entrada em vigor no dia 1 de Novembro de 1990.

Pelo STICF:

(*Assinaturas ilegíveis.*)

Pelas associações patronais:

(*Assinaturas ilegíveis.*)

Entrado em 26 de Dezembro de 1990.

Depositado em 2 de Janeiro de 1991, a fl. 31 do livro n.º 6, com o n.º 7/91, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.